



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE
DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
INCUBADORA UNIVERSITÁRIA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COM ÊNFASE EM ECONOMIA
SOLIDÁRIA NO SEMIÁRIDO PARAIBANO
CAMPUS CUITÉ-PB

A AGRICULTURA FAMILIAR NO CURIMATAÚ PARAIBANO E O ACESSO A INFORMAÇÃO

José Leonilton Dantas

Cuité - PB
2013

UFPA / BIBLIOTECA

JOSÉ LEONILTON DANTAS

**A AGRICULTURA FAMILIAR DO CURIMATAÚ PARAIBANO
E O ACESSO A INFORMAÇÃO**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano, como pré-requisitos para a obtenção do título de Especialista.

Orientador: Dr. Ramilton Marinho Costa

UFPA BIBLIOTECA

**CUITÉ – PB
2013**



Biblioteca Setorial do CES.

Julho de 2021.

Cuité - PB

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA NA FONTE
Responsabilidade Jesiel Ferreira Gomes – CRB 15 – 256

D192a

Dantas, José Leonilton.

A agricultura familiar do Curimataú paraibano e o acesso a informação. / José Leonilton Dantas – Cuité: CES, 2013.

26 fl.

Monografia (Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano) – Centro de Educação e Saúde / UFCEG, 2013.

Orientador: Dr. Ramilton Marinho Costa.

1. Agricultura. 2. Agricultura familiar. 3. Informação - acesso. I. Título.

CDU 631

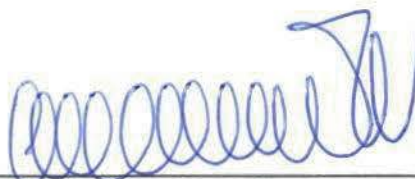
JOSE LEONILTON DANTAS

**A AGRICULTURA FAMILIAR NO CURIMATAÚ PARAIBANO E O ACESSO A
INFORMAÇÃO**

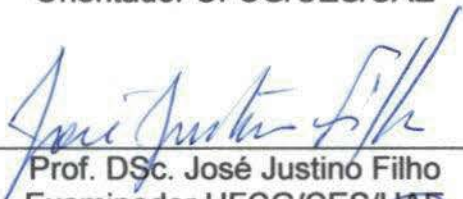
Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano, como pré-requisito para a obtenção do título de Especialista.

Aprovada em: ____/____/____

Banca Examinadora



Prof. DSc. Ramilton Marinho Costa
Orientador UFCG/CES/UAE



Prof. DSc. José Justino Filho
Examinador UFCG/CES/UAE



Profa. DSc. Marta Maria da Conceição
Examinadora UFCG/CES/UAE

PROFESSOR/AUXILIAR

Dedico este trabalho ao meu pai Luis Gonzaga Dantas (*in memoriam*) que sempre foi um exemplo de alegria de viver, de luta e de superação e me inspirou a ser um ser humano melhor, buscando meus objetivos de vida e me dando a oportunidade de realizar os meus sonhos.

A minha família pelo carinho e apoio dispensados em todos os momentos que precisei.

Agradecimentos

A Deus por me dar a vida e por permitir que eu esteja vivenciando mais esta experiência.

A minha família, que sempre estiveram comigo em todos os momentos de minha vida.

A todos os meus colegas da turma de Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária, pelo agradável e importante convívio durante esses quase três anos, em especial meu grupo de estudo, Erimar, Antonieta e Márcia pela parceria e convivência nas atividades.

Aos Professores do curso de pós-graduação em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia solidária.

Aos agricultores familiares de Serra Baixa, município de Picuí-PB que gentilmente contribuíram para a concretude desse trabalho.

Ao meu orientador e diretor do Centro de Educação e Saúde, Prof. Dr. Ramilton Marinho da Costa por realmente fazer parte deste trabalho estando sempre presente em todos os momentos em que precisei.

Aos membros da Banca Examinadora.

A todos, muito obrigado!

UFMG / BIBLIOTECA

RESUMO

A agricultura familiar passou durante as últimas décadas um processo de modernização que provocou alterações profundas na forma de produzir e comercializar. A modernização na realidade impôs modificações no perfil técnico e econômico o que demandou uma maior competitividade. E a informação é o acesso a chegar ao conhecimento. O estudo tem como tema a agricultura familiar no Curimataú Paraibano e o acesso a informação. Trata-se de um conjunto de questionamentos que define o seguinte problema de pesquisa: Será que os agricultores familiares do curimataú paraibano vêm tendo acesso à informação? Utilizou-se como referencial teórico, a agricultura familiar, embasamento através de pesquisa bibliográfica com diversos autores, como método de pesquisa foi dividido em duas etapas, a pesquisa exploratória e a estudo de caso. No estudo de caso, o instrumento de coleta de dados foi uma entrevista aplicada a 10 agricultores familiares, envolvendo a comunidade de Serra Baixa, município de Picuí-PB, como também visitas observação direta. Chegaram aos seguintes resultados, diante do perfil dos agricultores familiares da comunidade predomina o gênero masculino, com faixa etária entre 41 a 80 anos, com baixa escolaridade e participantes de entidades associativas. O acesso a informação se dá para o desenvolvimento rural considerando o saber local. A vontade de voltar a estudar é unânime, motivada a realização de um sonho, conquistar independência e autonomia através da leitura e escrita. Observado também prática coletiva e expressões de solidariedade entre os agricultores e suas famílias.

Palavras chaves: Agricultores, famílias, informação.

ABSTRATO

Over the last few decades, family farming has undergone a process of modernization that caused profound changes in the way of producing and market. The modernization actually imposed changes in the technical profile and which demanded greater competitiveness. And information is access to arrive at knowledge. The study has as its theme family farming in the Curimataú Paraibano and access to information. It is a set of questions that defines the following research problem: family farmers in the state of Paraíba have access to information? It was used as a theoretical framework, family farming, foundation through bibliographic research with several authors, as a research method was divided in two stages, exploratory research and case study. In the case study, the data collection instrument was an interview applied to 10 farmers family, involving the community of Serra Baixa, municipality of Picuí-PB, as also direct observation visits. They arrived at the following results, given the profile of family farmers in the community is predominantly male, with age group between 41 and 80 years old, with low education and participating in entities associative. Access to information is given to rural development considering local knowledge. The desire to go back to school is unanimous, motivated to fulfilling a dream, achieving independence and autonomy through reading and writing. Also observed collective practice and expressions of solidarity between the farmers and their families.

Keywords: Farmers, families, information.

SUMÁRIO

1 Introdução	1
2 Revisão da Literatura	4
2.1 Definição da Agricultura Familiar.....	4
2.2 Agricultura Familiar e Políticas Públicas.....	6
2.3 A Agricultura Familiar no Brasil.....	7
2.4 A Agricultura Familiar no Nordeste brasileiro.....	9
2.5 A Agricultura Familiar no Município de Picuí-PB.....	10
3 Metodologia	12
3.1 Tipo da Pesquisa.....	12
3.2 Grupo Pesquisado.....	12
3.3 Instrumento de Coleta.....	13
4 Resultados e Análise dos Dados	14
5 Conclusões	23
6 Referências	26

1 Introdução

A discussão sobre a agricultura familiar, atualmente, vem ganhando legitimidade social, política e acadêmica no Brasil, passando a ser utilizada com mais frequência nos discursos dos movimentos sociais rurais, pelos órgãos governamentais e por segmentos do pensamento acadêmico.

Embora tardiamente, se comparada à tradição dos estudos sobre esse tema em outros países, a expressão “agricultura familiar” surgiu no contexto brasileiro a partir de meados da década de 1990.

Diante dos desafios que o sindicalismo rural enfrentava nesta época – impactos da abertura comercial, falta de crédito agrícola e queda dos preços dos principais produtos agrícolas de exportação –, a incorporação e a afirmação da noção de agricultura familiar mostrou-se capaz de oferecer guarida a um conjunto de categorias sociais, como, por exemplo, assentados, arrendatários, parceiros, integrados à agroindústrias, entre outros, que não mais podiam ser confortavelmente identificados com as noções de pequenos produtores ou, simplesmente, de trabalhadores rurais. Afirmando assim a legitimidade da agricultura familiar no cenário social e político brasileiro que o governo propôs, em 1996, quando criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Esse programa, formulado como resposta às pressões do movimento sindical rural desde o início dos anos de 1990, nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional às categorias de pequenos produtores rurais que vinham sendo esquecidos das políticas públicas ao longo da década de 1980 e encontravam sérias dificuldades de se manter na atividade. A partir do surgimento do Pronaf, o sindicalismo rural brasileiro, sobretudo aquele localizado nas regiões Sul e Nordeste, passou a reforçar a defesa de propostas que vislumbrassem o compromisso cada vez mais sólido do Estado com uma categoria social considerada específica e que necessitava de políticas públicas diferenciadas.

As discussões sobre a importância e o papel da agricultura familiar vêm ganhando força, impulsionada através de debates embasados no desenvolvimento sustentável e também, na geração de emprego e renda e segurança alimentar. A questão agora não é discutida em tratar mais de produzir em grandes quantidades,

mas também, e principalmente, com qualidade, com técnicas socialmente aceitas e menos agressivas ao meio ambiente.

No Semi-árido nordestino, a Agricultura Familiar é apontada como um novo caminho para a construção de agriculturas de base ecológica ou sustentável. No entanto, o Brasil ainda não reconheceu as vantagens da agricultura familiar como sendo uma estratégia ao desenvolvimento rural. A agricultura patronal modelo ainda predominante no Nordeste brasileiro, emprega cada vez menos trabalhadores, acarretando cada vez mais concentração de renda e exclusão social, ou seja, absurda ineficiência distributiva, diferentemente da agricultura familiar que é tida como padrão redutor da pobreza.

Desta forma, essa pesquisa teve como objetivo identificar o acesso da agricultura familiar do Curimataú paraibano diante da informação. Em termos específicos, visou: identificar o perfil dos agricultores familiares do curimataú paraibano; investigar se os agricultores familiares estão tendo acesso as informações no meio rural e verificar se eles têm anseios de busca de conhecimento.

No curimataú paraibano, caracterizado pela predominância de pequenas propriedades agrícolas, a agricultura familiar oferece uma grande contribuição ao desenvolvimento econômico da região. Entretanto, se repensada, tal modalidade pode dar uma contribuição ainda maior: poderá garantir a sustentabilidade do meio ambiente, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população local. Por essa razão, ela é apresentada como uma alternativa viável ao desenvolvimento sustentável.

A intenção de adentrar nos estudos acerca da agricultura familiar se alimentou da necessidade de uma concepção crítica, de conhecer um pouco mais desse meio que vem gerando sérias conseqüências tais como: êxodo rural, movimentos sociais, urbanização desenfreada, desemprego, das condições objetivas de enfrentamento e adaptação de que os agricultores dispõem que intencionam e que, quando podem, realizam. Como também, a partir da aula de campo com a Professora Marta Maria da Conceição instigou-se em debruçar sobre esse tema.

É na tentativa de participar e contribuir com este debate que propôs desenvolver este trabalho, cuja questão principal é se os Agricultores Familiares do Curimataú paraibano tem acesso à informação?

O estudo divide-se em quatro partes. Na primeira parte do estudo aborda-se o referencial teórico onde são abordados a definição da Agricultura Familiar, Agricultura Familiar e Políticas Públicas, a Agricultura Familiar no Brasil, no Nordeste brasileiro e no município de Picuí-PB. Na segunda parte evidencia a metodologia, processo de pesquisa utilizado para a realização do estudo. A terceira parte aborda os dados coletados na pesquisa de campo, com a apresentação dos dados e análise, e, finalmente as considerações finais, onde se explana a importância da pesquisa sob a ótica da agricultura familiar no Curimataú paraibano.

2 Revisão da Literatura

Para um melhor entendimento do objeto de análise deste trabalho, neste item abordou-se conceitos e teorias disponíveis na literatura sobre a agricultura familiar, partindo de sua definição, a agricultura familiar e as políticas públicas, a Agricultura Familiar no Brasil, no Nordeste e no município de Picuí-PB.

2.1 Definição da Agricultura Familiar

A agricultura familiar pode ser definida como o conjunto das unidades produtivas agropecuárias com exploração em regime de economia familiar, compreendendo aquelas atividades realizadas em pequenas e médias propriedades, com mão de obra da própria família.

De acordo com Hecht (2000): A agricultura familiar caracteriza uma forma de organização da produção em que os critérios utilizados para orientar as decisões relativas à exploração não são vistos unicamente pelo ângulo da produção/rentabilidade econômica, mas considera também as necessidades objetivas da família. Ao contrário do modelo patronal, no qual há completa separação entre gestão e trabalho, no modelo familiar estes fatores estão intimamente relacionados.

A agricultura familiar corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho, estão intimamente ligados à família, ou seja, os empreendimentos familiares têm duas características principais: administração e trabalho familiar.

Completando esse pensamento, afirma Abramovay (2004), que:

A agricultura familiar possui as seguintes características: A gestão é feita pelos proprietários; Os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco; O trabalho é fundamentalmente familiar; O capital pertence à família; O patrimônio e os ativos são objeto de transferência inter-gerencial no interior da família; Os membros da família vivem na unidade produtiva.

Ainda segundo esse autor, as definições de Agricultura Familiar não são unânimes. Contudo, em todas elas estejam presentes três atributos básicos: gestão, propriedade e trabalho familiar.

A agricultura familiar é fundamental para o desenvolvimento econômico sustentável do espaço rural. A produção familiar é a principal atividade econômica de diversas regiões brasileiras e precisa ser fortalecida, pois o potencial dos agricultores familiares na geração de empregos e renda é muito importante.

Nesse sentido, afirma Bittencourt (2002), que:

é preciso estimular a participação dos agricultores familiares nas políticas públicas, garantindo a eles acesso à terra e ao crédito, condições e tecnologias para a produção e para o manejo sustentável de seus estabelecimentos, além de garantias para a comercialização dos seus produtos, agrícolas ou não.

No Brasil, a grande maioria dos produtores familiares é de pequenos proprietários. Por isso, o conjunto da produção agrícola familiar tem sido bastante prejudicado no decorrer do tempo. No entanto, ao longo do processo histórico, o estado sempre se voltou para beneficiar aos grandes produtores, desde a distribuição de terras, concedendo a formação dos grandes latifúndios no período colonial até a distribuição de subsídios e incentivos em geral a que só os grandes proprietários têm acesso.

Observam Buainain et al. (2002, p. 55), que *“a agricultura familiar enfrenta ainda restrições de acesso aos mercados de serviços em geral, e não apenas ao crédito”*.

Por outro lado, *“a maioria dos agricultores familiares no Brasil não está preparada ou não tem condições para ocupar mercados exigentes com produtos de qualidade e padrões constantes de produção”* (BITTENCOURT, 2002, p. 91).

É importante ressaltar que um dos fatores que dificultam o fortalecimento da agricultura familiar no Brasil é a maneira como são atribuídos os subsídios aos agricultores nos países industrializados.

2.2 Agricultura Familiar e Políticas Públicas

O debate acerca do papel e da importância da agricultura familiar no desenvolvimento brasileiro ganhou força a partir dos anos 1990, impulsionado pelo debate sobre desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda e desenvolvimento local. A criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e a ampliação do número famílias assentadas pela política de reforma agrária refletiram e alimentaram este debate na sociedade (GUANZIROLI & CARDIN, 2000).

No entanto, a análise de políticas públicas implementadas pelo Estado como, por exemplo, o caso do Pronaf, até o final dos anos noventa, nos permite afirmar que a ação do Estado foi seletiva, beneficiando principalmente agricultores do Sul e Sudeste do Brasil (ABRAMOVAY & VEIGA, 1999). Para Almeida (1997), é possível afirmar que mesmo se considerada a agricultura familiar como foco das políticas, estas tenderão a favorecer as unidades produtivas familiares mais “avançadas”, ou seja, as mais capitalizadas e integradas a mercados convencionais, em detrimento das mais “atrasadas”, pouco “tecnificadas”, menos capitalizadas e que combinam uma produção para o mercado com a produção para o consumo familiar.

Pode-se mencionar também o fato de que o aumento da produtividade, associado ao consumo de tecnologia, que têm fundamentado a ação e o discurso modernizadores até hoje, permaneceu, desde as origens do Pronaf, como eixo orientador da ação pública. A noção de sustentabilidade que acompanha esta ação não tem implicado opção por tecnologias alternativas ao padrão que vem sendo adotado até então. Carneiro (1997, p.73), em uma análise desenvolvida em relação ao Pronaf, afirma que “(...) torna-se difícil reconhecer a real possibilidade do governo em romper efetivamente com as práticas desenvolvimentistas do passado, pautadas na tecnificação, para se orientar na direção de um novo paradigma de desenvolvimento rural”.

Por outro lado, a partir de 2003, o Estado brasileiro introduziu inovações nas políticas para a agricultura familiar, como por exemplo, na nova Política de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), que propõe a adoção do enfoque da agroecologia na extensão rural; ou na criação de linhas de financiamento específicas do Pronaf, visando apoiar a transição agroecológica de agricultores familiares. Mas se considerarmos que o crédito rural continua sendo o principal instrumento de

política para a agricultura familiar e que o volume de recursos aplicados no Pronaf Agroecologia foi insignificante diante do volume de crédito aportado pelo governo federal nas demais linhas de financiamento, pelo menos em termos do volume de recursos aportados pelo Estado chega-se à conclusão que o eixo principal das políticas segue na direção da “modernização” da agricultura familiar.

Nesse sentido argumenta Dias (2006) ao afirmar que o grande peso da linha de financiamento da produção em relação às demais linhas de ação é revelador do viés produtivista das políticas federais para a agricultura familiar. Sendo a produtividade e a rentabilidade noções básicas que orientam estas políticas e adotando a capacidade de acesso às novas tecnologias e aos mercados como critérios para a seleção dos beneficiários e construção de metas, em certo sentido, essas políticas revivem o modelo básico da modernização da agricultura, que busca o aumento da produção por meio da tecnificação dos processos produtivos (DIAS, 2006).

São políticas que não deixaram de suscitar polêmicas tanto pelo papel que se supõe que a agricultura familiar possa desempenhar no contexto brasileiro na atualidade, como pela delimitação do público objeto destas políticas, que em sua diversidade são enquadrados pela categoria “agricultores familiares”. Revigora-se assim o debate sobre a permanência, ou diferenciação social, das formas familiares de produção no meio rural. E esta não é uma discussão recente, nem tampouco próxima a um consenso.

Por outro lado, são também motivos de uma crescente conscientização e crítica da sociedade os impactos da modernização da agricultura, especialmente no que tange à desigualdade social e à sustentabilidade econômica e ecológica da produção agrícola no longo prazo. Segundo Almeida (1997) é fácil de se perceber, nas recorrentes e diferentes manifestações atuais, que os termos agricultura e desenvolvimento sustentáveis indicam o anseio por um novo paradigma tecnológico que não agrida o meio ambiente, explicitando a insatisfação com a agricultura “moderna” (ALMEIDA, 1997).

2.3 A Agricultura Familiar no Brasil

Em 1996, reconhecendo a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento socioeconômico do país, o governo federal instituiu o Pronaf. O

referido programa possui a finalidade de "*promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda*" (BRASIL, 1996, p.1).

Ao instituir o Pronaf, o governo federal definiu para o referido programa o seguinte objetivo geral: propiciar condições para aumentar a capacidade produtiva, a geração de emprego e de renda, de tal forma a melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares (BRASIL, 1996).

Acrescenta Mattei (2005), que o PRONAF foi estruturado com os seguintes objetivos específicos: ajustar as políticas públicas de acordo com a realidade dos agricultores familiares; viabilizar a infra-estrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares; elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso aos novos padrões de tecnologia e de gestão social; estimular o acesso desses agricultores aos mercados de insumos e produtos.

Os recursos do PRONAF são oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT); do Tesouro Nacional e das Exigibilidades Bancárias (MCR 6.2) e Fundos Constitucionais do Centro-Oeste (FCO) e do Nordeste (FNE). Tais recursos devem ser direcionados ao custeio da agricultura familiar.

Na opinião de Bittencourt (2002, p. 93), "*o crédito rural para a agricultura familiar pode ser considerado como um dos instrumentos de maior sucesso do PRONAF*".

O PRONAF é um instrumento elementar de modernização e expansão do crédito de custeio. Ele pode ser definido como uma política agrícola, que põe em prática uma das principais lições da experiência internacional de desenvolvimento agrícola, tornando eficiente o potencial dos trabalhadores, os agricultores familiares e suas organizações.

Ainda de acordo com Bittencourt (2002), entre os fatores que limitam a aplicação do volume de crédito disponível do PRONAF, podem ser citados os seguintes fatores: a falta de assistência técnica; inexistência ou outras garantias para o crédito de investimento; excesso de exigências por parte dos bancos; falta de informação dos produtores; pouca disposição dos bancos em operar com financiamentos de pequeno porte; restrições para a utilização do crédito em algumas regiões devido à fonte de recurso, a qual também pode limitar algumas modalidades

de crédito; baixa rentabilidade dos sistemas de produção mais comumente utilizados; reduzido número de agências bancárias presentes nas pequenas cidades; período de disponibilização dos créditos, etc.

Segundo Mattei (2005), o público-alvo do referido programa atende especificamente os agricultores familiares, que são caracterizados a partir dos seguintes critérios: possuir 80% da renda familiar originária da atividade agropecuária; deter ou explorar estabelecimentos com área de até 4 módulos fiscais; explorar a terra na condição de proprietário, meeiro, parceiro ou arrendatário; utilizar mão-de-obra exclusivamente familiar, podendo manter até dois empregados permanentes; residir no imóvel ou em aglomerado rural ou urbano próximo e possuir uma renda anual máxima de até R\$ 27.500,00.

Assim sendo, analisando os objetivos e o perfil do público-alvo do PRONAF, percebe-se que o referido programa constitui-se num instrumento elementar de modernização e expansão do crédito de custeio, que fortalece a política agrícola brasileira, priorizando o desenvolvimento agrícola e melhorando as condições de vida dos agricultores familiares.

2.4 A Agricultura Familiar no Nordeste brasileiro

Afirma Lamarche (1993), que a agricultura familiar no Brasil nasceu da precariedade econômica e social, do controle dos meios de trabalho e, especialmente da terra, num caráter rudimentar dos sistemas de culturas e das técnicas de produção.

No entanto, é importante destacar que as origens da agricultura familiar no Brasil, foram demarcadas pelos aspectos que caracterizaram o período colonial, ou seja, a grande propriedade, as monoculturas de exportação e a escravatura.

Assim, constata-se que a origem da agricultura familiar no país possui características secundárias no que se refere ao seu papel de assumir atividades que possibilitem gerar divisas para o país, sendo sua característica marcante, desde sua formação.

Analisando o surgimento da agricultura familiar brasileira, Denardi (2001) afirma que a mesma se conformou na história nacional (principalmente a nordestina) como um setor bloqueado, excluído do progresso social. Motivada pela concepção

dominante existente no país, a agricultura familiar vinculou-se à noção de garantia da subsistência, mantendo a propriedade.

Apesar de todos esses bloqueios e exclusões na economia, na política e na sociedade, a agricultura familiar nordestina tem passado por várias fases e conseguido sobreviver nessas últimas décadas.

No entanto, o novo eixo de Desenvolvimento Sustentável adotado nas atuais políticas sugere uma mudança no que diz respeito ao avesso da tradição rural brasileira no grande latifundiário, dando, com isso, destaque à importância do papel que a agricultura familiar tem na dinâmica econômica do país (SILVA, 2000)

Na opinião de Cazella, Mattei e Schneider (2004, p. 32), a agricultura familiar nordestina deve ser vista como alternativa para a obtenção de um desenvolvimento mais sustentável através do incentivo para aumentar a sua produção de subsistência ou até criar estratégias de sobrevivência fora das porteiras de sua propriedade. Esse incentivo deve partir dos governantes dos estados nordestinos, no que diz respeito aos investimentos adequados para a transformação da agricultura familiar de subsistência em agricultura familiar empresarial. Essa transformação não é impossível, mas demanda tempo para se concretizar.

No Nordeste brasileiro, o ponto de partida para a obtenção de um desenvolvimento agrícola mais sustentável, está no potencial e na capacidade da agricultura familiar, que está ligada, também, a sua prática social e econômica cotidiana, que traz consigo um conjunto de experiências cuja sistematização oferece uma preciosa ferramenta para diagnosticar os problemas existentes, bem como para propor políticas em direção a sua superação.

Em síntese, conclui-se que o caminho para o desenvolvimento na região nordestina do potencial que os agricultores familiares podem oferecer, através dos limites e potencialidades econômicas de seu território.

2.5 A Agricultura Familiar no Município de Picuí-PB

O município de Picuí se encontra no Território do Curimataú paraibano, uma região tipicamente semi-árida, que traz consigo uma história de lutas e organização dos atores sociais em busca de melhoria de sua qualidade de vida. Sua vegetação tipicamente de área seca, a caatinga. Em seu aspecto demográfico apresentou uma

população total de 18.222 habitantes distribuídos em seus 665 Km², configurando uma densidade demográfica de 36,5 habitantes por Km². Em termos de distribuição espacial, 6.102 habitantes ocupavam a zona rural e 12.120 residiam na zona urbana. (IBGE, 2010)

A situação enfrentada pela população do município de Picuí, interior da Paraíba, é muito similar com todas as cidades interioranas do nordeste brasileiro, no que se refere às dimensões socioculturais, educacionais, ambientais, socioeconômicas e político-institucionais se apresentam, convivendo com limitações, notadamente no que diz respeito à oferta de serviços básicos.

Com pouca disponibilidade de terras, assistências técnica deficitária e intensa irregularidade pluviométrica, o município de Picuí apresenta a agricultura familiar como alternativa de renda e uma forma de subsistência no campo.

Ainda de acordo com os dados do IBGE (2010) sobre produção agrícola municipal, é evidente o predomínio de lavouras temporárias. Como podemos identificar o cultivo de três principais lavouras (feijão, mandioca e milho), já a lavoura permanente se destaca o sisal, um dos símbolos do município, devido sua grande produção em tempos remotos, já a lavoura de algodão não apresentou dados de produção para o ano de 2010.

Como é característica da região em estudo, as lavouras de subsistência estão associadas à pecuária. Predomina a criação caprinovinocultura semi-intesivos, já a bovinocultura se apresenta uma decadência mostra-se em descendência ao longo do período, enquanto a declínio. Vemos que se encontra em destaque na pecuária municipal a criação de pequenos animais. Isso, por sua vez pode estar associado às pequenas áreas das unidades de produção, como também, devido aos problemas de escassez de água.

Os quintais familiares preservam a cultura das pequenas criações, com ênfases nas aves e suínos, além de uma diversidade de plantas frutíferas e medicinais, gerenciadas pelas mulheres agricultoras, configurando assim, um importante espaço de produção.

As formas de comercialização ocorrem sempre com presença de atravessadores na compra dos produtos dos agricultores rurais dessa região, e são comercializadas nas feiras locais.

3 Metodologia

Neste item, apresentam-se os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa.

3.1 Tipo da Pesquisa

O presente estudo iniciou-se através de uma investigação na zona rural do município de Picuí situado no território do Curimataú paraibano (BRASIL, 2010), numa comunidade de agricultores familiares, por meio de observação, para então, definir o tema-problema do estudo. Nessa primeira etapa, a pesquisa caracterizou-se como exploratória (GIL, 2008).

A segunda etapa da pesquisa teve início com a elaboração e definição do referencial teórico sobre a Agricultura Familiar, levantada em periódicos de dissertações, monografias, artigos, livros e por meio da internet na área das Ciências Sociais e Agrária.

Posteriormente foi realizado uma pesquisa de campo junto aos agricultores familiares pertencentes à região do Curimataú paraibano, no sitio Serra Baixa município de Picuí-PB pertencente ao objetivo do estudo, através de um entrevista elaborada pelo autor e aplicada a 10 agricultores familiares do campo em estudo.

A abordagem utilizada na pesquisa foi a de uma análise qualitativa, porém pautada na aplicação de questionário semi-estruturado para aferição – sem pretensão de validade estatística – de características gerais e comuns aos pequenos produtores, complementada com dados colhidos através de entrevistas, visitas e observação direta.

3.2 Grupo Pesquisado

Realizamos um o estudo de caso, tomando os agricultores familiares da comunidade Serra Baixa, do município de Picuí, situado no território do Curimataú paraibano, que atualmente possui um total de 18 famílias.

O critério da escolha dos pesquisados foi o acidental e não probabilística. Na amostragem acidental, conforme Tafner, Silva e Weiduschat (2003, p. 26) explicam: a amostra acidental é formada por aqueles elementos que vão aparecendo, que são possíveis de se obter até que atinja um determinado tamanho.

O questionário acompanhado com o termo de consentimento livre e esclarecido o objetivo da pesquisa, foram levados pelo pesquisador, no dia 14 de setembro de 2013, foi lido o termo de consentimento livre e esclarecido e assinado por todos, e iniciado a entrevista. Dos 18 agricultores da comunidade foram pesquisados e entrevistados apenas 10, compreendendo desta forma uma amostragem corresponde a 55,55% da população.

3.3 Instrumento de Coleta

Para a coleta de dados primários foi utilizado entrevista constituídos por perguntas semi-estruturadas, de caráter anônimo. Lakatos e Marconi (2007), afirmam que a entrevista semi-estruturada *“o pesquisador segue um roteiro previamente estabelecido. As perguntas feitas ao indivíduo são predeterminadas”*.

O conteúdo do referido entrevista foi elaborado pelo próprio autor. Precedeu aos dados relacionados ao perfil dos agricultores familiares, tendo incluído três variáveis: sexo, idade, e escolaridade, posteriormente buscou saber sobre a participação de entidades associativas, nível de entendimento sobre informação e comunicação e em seguida partindo para a área de educação.

Para a obtenção dos dados secundários foram pesquisados livros, dissertações, teses e revistas científicas da área.

4 Resultados e Análise dos Dados:

Após o levantamento de dados sobre os agricultores familiares do curimataú paraibano, foi realizada a tabulação, sendo possível, dessa forma, traçar o perfil dos agricultores familiares dessa comunidade, levando em consideração suas características intrínsecas.

a) Sexo

Dos 10 agricultores, 09 são do sexo masculino e 01 do sexo feminino. Ressaltamos que a participação da mulher, ainda é muito tímida, apesar de sua grande importância no processo produtivo. Se houver participação feminina efetiva nas atividades associativas, haverá também maior contribuição delas para melhoria de vida de suas famílias e conseqüentemente, da comunidade.

Para identificar o perfil dos agricultores familiares foram analisados também a faixa etária, nível de escolaridade.

b) Faixa Etária

Com relação à faixa etária dos agricultores familiares, constatamos que a concentração maior está na faixa dos 41 a 50 anos, com quatro agricultores (40%), seguidos pela faixa de 51-60+, que perfaz um total de três (30%) agricultores. Os mais jovens, totalizando três, são divididos nas respectivas faixas, dois (20%) de 31 a 40 e um (10%) de 21 a 30.

Concluimos que a maioria dos agricultores pesquisados está com seus conhecimentos bastante consolidados na prática agrícola, uma vez que a maioria está concentrada na faixa dos 41 até os 80 anos. Percebemos um número alto de agricultores praticamente na terceira idade, que precisam estar engajados no sistema previdenciário.

c) Nível de escolaridade

Com relação ao nível de escolaridade dos agricultores pesquisados verificamos, que três (30%) responderam sem escolaridade, enquanto cinco (50%) responderam que cursaram apenas o ensino fundamental I incompleto. Constatamos que dois (20%) cursaram o ensino médio, dos quais um (10%) chegou

a concluir o ensino médio, enquanto o outro (10%) foi registrado como ensino médio incompleto.

Conforme a UNESCO (apud IBGE, 2003), a pessoa é considerada analfabeta funcional quando tem menos de quatro anos de estudo completo, portanto, na análise atual percebemos que os agricultores familiares dessa comunidade fazem parte deste processo cerca de 80% dos agricultores. Vale ressaltar que as taxas de analfabetismo nas áreas rurais são em média quase três vezes maiores que nas áreas urbanas, fato que não se altera desde 1992.

d) Participação em entidades associativas

Como podemos observar, a maioria, sete (70%) dos agricultores participa de associações de classe organizadas. Essa participação implica na defesa dos direitos políticos e sociais dos agricultores, assim como possibilita a sua atuação como captadores de recursos para produção e comercialização.

Essa participação em entidades associativas permite mais facilmente resolver seus problemas, pois os mesmos são também enfrentados por outros associados.

Dessa forma, para que os agricultores familiares se tornem eficientes, necessitam estar organizados em associações e cooperativas, pois essas representam espaços sociais que permitirão a eles o resgate de sua cidadania.

No entanto, pelo resultado desta pesquisa podemos identificar que três (30%) dos agricultores não participam de entidades associativas.

e) conceito de Informação

Levando em consideração a essência deste trabalho, onde procuramos fazer uma ponte entre a agricultura familiar e a educação, a partir do entendimento dos agricultores da comunidade Serra Baixa, do município de Picuí-PB, perguntamos qual seria sua percepção e qual o significado que atribuem à informação. Dessa forma, estaremos construindo o conceito de informação a partir do saber local dos agricultores familiares.

Conhecer as necessidades, demandas e usos de informação pelos agricultores dessa comunidade têm um significado especial quando precisamos entender a sua lógica e estratégia de sobrevivência e gerenciamento do seu sítio.

Percebemos que há várias idéias sobre informação expostas pelos agricultores, traduzidas em diferentes formas. Uma delas é manifestada pelo Sr.

J.B.S., quando afirma que informação abre um espaço para permitir que atinja seus objetivos:

[...] O que eu entendo por informação é o seguinte: por exemplo, é.... pra mim informação me traz um espaço pra mim é... chegar aonde? no meu objetivo, ou seja, eu me encontrar com alguém, né? Ou resolver um problema meu qualquer, porque, por exemplo, eu não tô sabendo o que eu tenho que fazer, aí eu tenho uma informação que vai me levar aquele...né? àquela área. (Agricultor J.B.S.).

Lembramos Gonzalez de Gomes (1984), na sua afirmativa de informação para “solução de situações-problemas”. O conceito emitido por outro agricultor, Sr. P.F.C., se traduz em educação e fica claro que ele ressentia-se muito de não ter uma escola onde os adultos possam estudar. Apesar das dificuldades que o país atravessa, o otimismo permeia as pessoas, para as quais a idade não é obstáculo e a vontade de estudar e aprender a escrever o próprio nome são pontos fundamentais.

[...] Rapaz, o que eu entendo assim.... dentro da comunidade aqui, é que eu digo assim que tem mais precisão. Ela é importante pra mim, pra outros e pra outros, aqui na comunidade aqui. Nós somos um pessoal aqui, um bocado de vizinhança aqui, um bocado de vizinho aqui. E todos nós, bem dizer aqui se considera tudo analfabeto, uns sabe assinar o nome, outros não sabe. Tudo pessoa de idade. Em torno de quarenta anos, cinqüenta anos... Então, uma hipótese, se essa nossa associação fizesse uma escola pra educar os idosos, da minha idade, da idade da mulher, e de outros vizinhos. Então pra mim era uma grande importância.... [...] pra esses velhos que não sabem de nada. Era uma importância muito boa. Que nem lá na cidade. Tem um pessoal lá, que trabalha de dia e estuda a noite. Lá não tem gente analfabeto, né? Aqueles velhinhos, mais velho do que eu, trabalham o dia, mas tem o estudo a noite, né? Então isso é que é importante pra nós aqui. É muita gente aqui. Se informação é como uma escola... [...] pra ensinar os velhos de noite, né? (Agricultor P.F.C.).

Este agricultor faz relação entre a sua condição de vida e de agricultores que trabalham e moram na zona urbana da cidade de Picuí, onde os agricultores trabalham de dia, mas estudam à noite.

A importância da trilogia – educação, informação e conhecimento, na sociedade contemporânea assume papel fundamental sendo responsável pelas transformações conforme estudos de Thiollent (2000, p.20).

Dessa forma, a informação proveniente do agricultor da zona rural dessa comunidade, está sendo traduzida na necessidade dos agricultores em contar, na sua localidade, com uma escola onde os adultos possam estudar.

Podemos afirmar que a informação neste caso, teve efeito no (usuário), pois foi traduzida em ensino-aprendizagem-educação, e suscitou no mesmo a vontade de ter, em sua localidade, um espaço ou ambiente para aprender, estudar e aumentar os seus conhecimentos.

A percepção de que informação é importante para o desenvolvimento rural é destilada paulatinamente na fala de um agricultor, quando afirma:

“[...] Informação é tudo que a gente precisa pra poder desenvolver qualquer trabalho, um trabalho que é um projeto, a gente não sabe. O horário de funcionamento de algumas empresas, repartições a gente não sabe. Esse é um tipo de informação. Isso que eu entendo por informação, tudo que a gente precisa pra desenvolver a vida, que a gente precisa aqui, o pessoal perdido aqui no mato. Porque tem informação da cidade, vê como é que tá acontecendo, vê como é que tá, de repente vão recolher as moedas do Brasil, a gente não sabe se tão recolhendo as moedas. Perderam um bocado de dinheiro de um real, porque não sabiam que as notas iam ser recolhidas. Teve gente que ficou com as notas na mão. Isso tudo é informação que faltou chegar aqui, através de alguma coisa, quer seja um folheto, que seja é... escrita ou falada... De qualquer jeito, tem que chegar aqui. Não tá chegando...” (Agricultor L.G.F.).

O agricultor ressentia-se de não ter acesso à informação, seja através de diferentes suportes informativos, ou mesmo através dos meios de comunicação. Informação para outro agricultor é “[...] tudo aquilo que vai tirar uma dúvida de você quando você está com dificuldade de uma certa... determinada coisa você vai ouvir aquela informação e tirar sua dúvida. (Agricultor F.A.C.)”. Neste caso específico, permite ao agricultor perceber que a informação é fundamental para a tomada de decisão.

Assim, o agricultor, ao desconhecer a informação para solucionar determinado problema, reconhece que há necessidade de se informar com quem sabe ou conhece, para esclarecê-lo, “porque a gente não sabe, a gente vai e se informa né? Até que procura saber com uma pessoa que mais ou menos já fez aquele tipo de coisa e aí qualquer coisa que a gente não sabe, aí a gente pergunta né? (Agricultor A.F.M.)”. Idéias semelhantes sobre informação estão presentes na fala da agricultora M.T.C., quando afirma:

[...] a gente pede informação para que a gente possa desenvolver aquilo que é mais necessário pra gente. [...]. A pessoa as vezes trabalha, mas não sabe, as vezes faz do jeito da gente né, mas aí é o momento da gente pedir informação ao outro de como é que gente deve fazer aquele trabalho.”

Na medida em que os agricultores conceituam o termo informação, identificamos, em suas falas, a relação que há do termo com a troca de idéias, conversas que podem de repente tirar as dúvidas, especialmente àquelas relacionadas às atividades no sítio. Isto evidencia a relação entre comunicação e informação, processos indissociáveis.

Apesar do desconhecimento de determinadas informações que o agricultor possa ter, ou seja, que foge à sua realidade, ao seu cotidiano, para que ele venha, a saber, há necessidade de alguém que possa lhe indicar como e onde chegar até a informação necessária. Neste caso, o intermediário da informação ou o profissional dessa área teria um papel importante no processo. Diferentemente, nos meios profissional, acadêmico e científico, o usuário, por sua formação e conhecimento, pode chegar, sozinho, à informação desejada. Para isto, o fundamental é que esteja organizada, registrada, processada e disponível para acesso e uso.

Segundo o agricultor J.S.A. informação é:

[...] a gente conversar com uma pessoa assim que abre as idéias da gente. Que muitas vezes a gente ta assim mal informado, né. E a gente conversando com uma pessoa que entende mais de que a gente, aí... o que ele pode fazer... traz umas boas informação pra gente. Que muitas vezes a gente ta por fora de alguma realidade que a gente precisa e sabe que existe aquilo pra gente, mas a gente não tem como chegar lá. E algum companheiro que chega com a gente, diz: olha a situação é essa e eu te levo até lá. E eu acho muito bom essas informações.

Outras vezes o conceito de informação é traduzido em notícias, as quais são veiculadas pelos meios de comunicação de massa, especialmente o rádio e a televisão. O agricultor A.G.S. confirma que: “a *informação que a gente mais recebe é através de rádio de televisão né...*” (Agricultor A.G.S)

As informações veiculadas pelos meios de comunicação permitem aos agricultores o acesso às mesmas com maior rapidez e objetividade. O agricultor J.S.S. expressa sua idéia de informação da seguinte forma:

[...] Eu entendo por informação... Eu acho que no caso uma notícia né, no rádio como teve agora esses dias. Eu estava escutando o rádio, teve uma notícia do PRONAF Programa Familiar. Então isso foi uma informação que eu tive, procurei né a comunidade pra gente chegar até o banco e a Emater e pra ter mais um recurso pra nossa agricultura né. Isso foi uma informação que tive. Então eu acho que informação é tudo pra gente desenvolver, é o Jornal Nacional que aquelas notícias né aquilo são as informações. Muitas vezes a gente está desinformado ai vem uma informação através do jornal, do rádio, então acho que é cercado dessa informações a gente se desloca da nossa localidade né pra ir atrás de algumas coisa é através de uma informação né então a informação é vale tudo pra gente porque a gente não vai sair daqui pra no caso o nosso município que é Picuí se a gente não tiver uma informação. (Agricultor J.S.S.).

A informação também é algo que pode ser traduzido como indicação, sinalizando o conhecimento em determinado assunto, permitindo fazer uma tarefa corretamente. Podemos constatar esta situação quando o agricultor E.T.D. explicita: “[...] *entendo por informação, se eu vou fazer uma coisa né? e eu não souber e vir uma pessoa me indicar. E.T.D. é assim, você tá fazendo errado, o certo é assim, isso eu entendo por uma indicação, informação*”.

f) conhecendo os canais de comunicação preferenciais ou utilizados pelos agricultores

Procuramos identificar, junto aos agricultores, como gostariam de receber informação, para possibilitar o atendimento eficaz das suas necessidades e demandas de informação.

O agricultor J.S.A. indica a comunicação pessoal, afirmando:

[...] *através de comunicação pessoal né? Amigos trás pra mim. Por exemplo, eu preciso resolver um problema que diz respeito o meu trabalho aqui no sítio, ai amigo meu trás a informação, ai daqui eu corro atrás né.*”

O agricultor M.T.C. é da mesma opinião, pois, segundo ele: “*Se a pessoa conversa comigo é melhor, que a gente entende melhor, porque negócio de escrito, o cara tá conversando com outro é melhor de que mandar assim uma carta pra pessoa, tem muita diferença né, conversando se entende melhor*”.

Mesmo apresentando um nível de escolaridade baixo, o agricultor P.F.C. demonstra preferência por cartilha explicativa:

[...] tendo a cartilha que tá ensinando tudo [...] como é aplicado as doses de veneno pra misturar um com outro, [...] então acho que seria melhor a cartilha de que bocalmente porque de uma hora pra outra a gente pode esquecer aí vai na cartilha e sabe como é que se aplica a dose né, que ali é uma que tá escrito ali, então não tem porque a pessoa esquecer né.

O agricultor F.A.C. concorda: *“Eu acho que através de folhetos, com figuras, com desenho. [...] só de informação pessoal a vez você esquecer de algum detalhe e já no folheto, se você tiver alguma dificuldade você vai no folheto e tira sua dúvida né.”*

Outro canal de comunicação, o vídeo, é apontado pelo agricultor J.B.S.:

Eu acho que através assim do vídeo né que a gente podia é vê como estão fazendo aquela prática né. O vídeo seria assim junto com a comunidade, a gente reunia a comunidade né e todos os agricultores ia pra lá pra assistir esse vídeo e teria assim uma informação mais útil pra gente. [...] através assim numa revista né explicando também as fotos né acho que seria uma informação mais ideal pra gente.

Esta fala reforça o material áudio-visual como um dos mais adequados à comunidade de agricultores, facilitando o seu entendimento pelas imagens ou ilustrações explicativas sobre determinado assunto e possibilitando também o uso coletivo.

Pelas respostas verificamos que as preferências dividem-se em comunicação pessoal, cartilha explicativa e folhetos, além de vídeos demonstrativos para assistência coletiva, portanto, a elaboração de produtos de informação deve seguir esta orientação, num processo não excludente e sim complementar, por exemplo, um cartilha ou material de divulgação acompanhada de vídeo.

Ao perguntarmos se eles tinham vontade de voltar a estudar? Nove dos entrevistados responderam que sim, e apenas um respondeu que não. O desejo pela escolarização esteve presente durante a vida desses sujeitos desde a infância, quando não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos quando jovens até chegarem à idade adulta. A privação que sofreram, seja por terem que ajudar aos pais ainda muito jovens na agricultura, ou por falta de escolas públicas, levou estes sujeitos a uma condição de excluídos. Sobre a exclusão, Martins (1997) define: A exclusão é apenas um momento da percepção que cada um e todos podem ter

daquilo que concretamente se traduz em privação: privação de emprego, privação de bem-estar, privação de direito, privação de liberdade, privação de esperança.

A exclusão, primeiramente de um direito, levou-os a serem excluídos em diversas outras situações vivenciadas como, por exemplo, de uma melhor oportunidade de emprego, de uma maior e mais efetiva participação social, de conhecer de forma mais ampla seus direitos como cidadãos e lutar por estes. Foram privados até mesmo, de muitas vezes, poder sonhar com dias melhores e de usufruir de uma melhor qualidade de vida.

Ao questionar se eles já ouviram falar sobre a Educação de Jovens e Adultos? Todos os dez agricultores entrevistados responderam sim, que já haviam ouvido falar, alguns até falaram que freqüentaram turma de educação de jovens e adultos na cidade, mais devido atualmente a distancia do sítio a cidade, como também a insegurança, não continuaram.

A.G.S. mencionou até as amizades construídas e a perda da vergonha como algo positivo que conquistou através da EJA. Ao fazer isso, está se reportando, ao curso do EJA como um espaço de relações sociais e de como essas relações favoreceram a auto-confiança. Naquele ambiente, o senhor A.G.S. estava entre seus pares. Possivelmente, todos se encontravam em situação semelhante, portanto, não havia quem o fizesse sentir-se inferior. Sentindo-se mais confiante este senhor passa a frequentar outros lugares e agrupamentos, ampliando suas relações.

Também foi perguntado se abrissem uma turma de educação de jovens e adultos na comunidade Serra Baixa, se eles participariam? A resposta também foi unânime, dos dez entrevistados todos responderam que sim, J.S.S. até mencionou que se abrisse uma turma, voltaria a estudar para que possa aprender a ler e escrever, e poder tirar sua carteira de motorista.

É preciso um elemento forte, que venha do interior de cada uma dessas pessoas. É preciso sonhar, desejar esta escolarização. Em relação à importância dos sonhos Freire (2001) afirma:

Sonhar não é apenas um ato político necessário, mas também uma boa conotação da forma histórico-social de estar no mundo de mulheres e homens. Faz parte da natureza humana que, dentro da história, se acha em permanente processo de tornar-se... não há mudança sem sonho como não há sonho sem esperança...

Sonhar é, portanto, um importante constitutivo da natureza humana que nos impulsiona a viver. A todos os seres humanos, seja em qualquer etapa da vida em que se encontre, a motivação e os sonhos são necessários. Para as pessoas da Terceira Idade não é diferente, muito pelo contrário, é um fator importante para garantir a vontade de viver. Foi a partir dos sonhos, nutridos durante toda uma vida, que esses agricultores pensam em voltar a estudar, tendo nela um objetivo de vida. Cada um deles, ao ver-se diante da oportunidade de freqüentar uma escola.

A escola significa para cada um, uma forma de completar algo que julga deficitário em suas vidas.

5 Conclusões

Com o presente trabalho pretendeu-se analisar a agricultora familiar no curimataú paraibano e o acesso da informação, junto a comunidade Serra Baixa, município de Picuí-PB. A partir do referencial teórico, dos dados coletados no campo e dos resultados analisados, com base nos objetivos específicos, inicialmente traçados, foi possível chegar às seguintes conclusões:

Pode-se afirmar que o perfil dos agricultores familiares do curimataú paraibano é predominantemente constituído por agricultores do sexo masculino (90%), com faixa etária concentrada entre os 41 anos aos 80 anos (70%), e com nível de escolaridade baixa, 80% dos agricultores não tem escolaridade e cursaram apenas o ensino fundamental I incompleto. O que, para a UNESCO é esse percentual é considerado pessoa analfabeta funcional e (70%) dos agricultores participa de associações de classe organizadas.

Na identificação e análise das necessidades, demandas e acesso de informação pelos agricultores familiares, no processo de comunicação e informação para ação e como subsídio para o desenvolvimento rural do município de Picuí, a partir dos resultados, podemos chegar a algumas conclusões, relativas aos agricultores dessa comunidade, levando em consideração o saber local dos agricultores.

Ficou claro que os canais de comunicação preferenciais para recepção da informação pelos agricultores dividem-se em comunicação pessoal, cartilha explicativa e folhetos, além de vídeos, portanto, os produtos elaborados para um melhor entendimento aos agricultores familiares tem que ser algo impactante que possa também ser manuseado e eles possam ter contato sempre que necessitarem.

Diante dos resultados e de sua discussão, além das reflexões propiciadas pela pesquisa, acreditamos estar contribuindo também para novos estudos sobre informação, no segmento da agricultura familiar.

Como pudemos observar, os depoimentos são de pessoas com baixas escolaridades, algumas até voltaram a estudar na vida adulta, já com família formada, que infelizmente não puderam frequentar à escola enquanto crianças por dificuldades sócio-econômicas, mas que sonham em retomar os estudos com o objetivo de melhorar de vida, no sentido de conseguir um emprego melhor;

conquistar independência e autonomia através da leitura e da escrita, bem como satisfazer necessidades e desejos não conseguidas pela falta de alfabetização; oferecer qualidade de vida para suas famílias, principalmente para os filhos.

O papel social da escola, particularmente do EJA, pode ser identificado nos depoimentos e podemos dizer que a alfabetização e as práticas de letramento dentro da escola contribuíram significativamente para a vida dessas pessoas. A maioria delas almeja realizar “sonhos” e necessidades através da alfabetização, da inserção no mundo letrado.

No decorrer desta pesquisa podemos propor que com a ajuda da secretaria de educação do município, poderá contribuir com a participação dos agricultores e suas famílias com a Educação de Jovens e Adultos na comunidade, deixando de ser analfabetos funcionais para tornarem-se pessoas alfabetizadas, verdadeiros cidadãos. Rompendo com seus medos, dúvidas, sentimentos de vergonha e inferioridade, enfim conscientizando-os que nenhum indivíduo é uma vasilha vazia, cada um é produtor de cultura e este deve ser valorizado em qualquer meio ou circunstância, seja ele criança, jovem, adulto ou idoso. Sempre é tempo para aprender, pois como Freire diz somos seres inacabados que estamos em constante processo de aprendizagem, pautados na ação, reflexão e ação. Contribuindo efetivamente para a melhoria da sua qualidade de vida dos agricultores, de seus familiares e da comunidade onde vivem.

O conhecimento engrandece o homem, fazendo com que ele seja capaz de compreender o mundo e as coisas ao seu redor, e o curso de EJA pode ajudar aqueles que fracassaram ou não tiveram a oportunidade de continuar os estudos quando crianças, a melhorar, antes de tudo, a auto-estima. O relacionamento com as pessoas, os trabalhos em grupo propostos pelos professores, fazem com que os alunos aprendam muito mais do que somente a leitura e a escrita. Aprendem também, valores morais, sociais e éticos, a respeitar o limite de cada um, porém nunca desistindo de seus sonhos e metas, ainda que voltar a estudar implique em fazer uma viagem em busca do conhecimento para obter melhores condições de vida: *“Pra mim voltar a estudar será uma viagem mental, uma viagem no espaço e no tempo. Eu penso que a escola é um lugar sagrado, e eu tenho vontade de estudar mais”*. (L.G.F.).

Um fato observado na comunidade é a prática coletiva e expressões de solidariedade entre os agricultores e suas famílias na Serra Baixa. Através de

conversas informais, ao lembrarem as debulhas de feijão em mutirão, as limpas coletivas dos roçados e até novenas beneficentes, como forma de confraternização entre vizinhos e amigos de outras comunidades. Afirmando assim, Costa, Duque e Rocha (Apud FERREIRA 2012): quando constatarem a existência de diversas formas de ajuda mútua existente na rotina das comunidades, muitas vezes não visível em determinadas avaliações formais, mas indispensáveis à manutenção das relações socioeconômicas camponesas.

Com a ajuda de uma Organização não-governamental, o Centro de Organização e Educação Popular-CEOP, a comunidade sofrendo com escassez de água, já que a mesma se encontra localizada no semiárido, propôs a criação de um Fundo Solidário para construção de cisternas de placas na comunidade. O que foi aceito com entusiasmo e interesse. As construções dessas cisternas são feitas em regime de mutirão (ajuda mútua entre os membros da comunidade) e gerida pelos próprios agricultores através de contribuições mensais dos membros da comunidade.

Portanto, a economia solidária abrange essas experiências iniciadas por pessoas que resolvem pôr o homem no centro de todo agir econômico, fazendo com que esses passem a ter como principal objetivo não mais o lucro, e sim, as relações humanas, de modo a gerar o desenvolvimento econômico que decorre do crescimento da comunidade e dos indivíduos que nelas residem.

Uma das grandes dificuldades para a elaboração deste trabalho foi relacionar a educação de jovens e adultos com a economia solidária e o tema escolhido, sempre buscávamos dos professores que lecionaram, e observávamos a mesma dificuldade para nortear o estudo, visto que essa ponte ainda é muito restrita devido às poucas experiências existentes no País.

Desse modo, espera-se que este estudo constitua uma contribuição para a difusão do assunto, pelo menos no sentido de divulgá-lo para que possa servir como ajuda para estudos posteriores ligados à Agricultura Familiar, Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária. Acredita-se que poderia ser explorado com mais afinco as questões abordadas, entretanto, essas são sugestões para novas pesquisas que queiram aprofundar a pesquisa feita na presente monografia.

6 Referências

- ABRAMOVAY, R. & VEIGA, J. E. **Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. Brasília: FIPE/IPEA, 1999. Disponível em :
<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3949
> Acesso em: 22 de set. de 2013.
- ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e uso do solo. **São Paulo em Perspectiva**, abr/jun, vol. 11, nº 2:73-78, 2004. Disponível em:
<<http://ricardoabramovay.com/1997/10/agricultura-familiar-e-uso-do-solo/>> Acesso em: 15 de set. de 2013.
- ALMEIDA, J. Da ideologia do Progresso à idéia do desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J. e NAVARRO, Z. (Org.). **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade, UFRGS, 1997.
- BITTENCOURT, Gilson. Agricultura familiar e agronegócio: questões para pesquisa. In: LIMA, Dalmo M. de Albuquerque; WILKINSON, John (Orgs.). **Inovações das tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq, 2002.
- BRASIL. Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. Cria o programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF), e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1 julho 1996. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm> Acesso em 25 de set. de 2013.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Território do Curimataú-PB**. Brasília: MDA, 2010. Disponível em:
<http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio160.pdf> Acesso em 25 de set. de 2013
- BUAINAIN, Antônio Márcio et al. Inovação tecnológica na agricultura e na agricultura familiar. In: LIMA, Dalmo M. de Albuquerque; WILKINSON, John (Orgs.). **Inovações das tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq, 2002.
- CARNEIRO, M. J. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v.8, p. 70-85 – abril. 1997. Disponível em: <<http://r1.ufrrj.br/esa/art/199704-070-082.pdf>> acesso em: 08 de set. de 2013.

CAZELLA, Ademir Antonio; MATTEI, Lauro; SCHNEIDER, Sérgio. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, XLII., 2004, Cuiabá. Anais... Cuiabá, 2004. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/394.pdf>> Acesso em: 09 de set. de 2013.

DENARDI, Reni Antonio. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. In: **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, Volume 2, n° 3, Julho/Setembro, Porto Alegre, 2001. Disponível em: <<http://www2.ufersa.edu.br/portal/view/uploads/setores/241/ Agricultura.pdf>> Acesso em: 08 de set. de 2013.

DIAS, M. M. **Agricultura familiar: disputas conceituais, tipologias e políticas públicas**. Brasília, Campina Grande: ABEAS/UFCG, 2006 (Texto Didático).

FERREIRA, José Ranieri Santos. **Fundos rotativos solidários e comunitários: um estudo de caso da atuação do CEOP no Curimataú e Seridó Paraibano**. Monografia (Graduação –Tecnologia em Agroecologia). IFPB, 2013

FREIRE, Ana Maria. A. (Org) **Pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: UNESP, 2001.

GIL. Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONZALEZ DE GOMEZ, Maria Nélide. Informação e conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v.13, n.2, p.107-114, jul./dez. 1984.

GUANZIROLI, C. E. & CARDIN, S. E. C. S. (Coord.). **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica Inkra/Fao, 2000. Disponível em: < http://www.deser.org.br/biblioteca_read.asp?id=3> Acesso em: 22 de set. de 2013.

HECHT, S. A. evolução do pensamento agroecológico. In: ALTIERI, M. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. 4. ed. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 2000.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: < <http://informacoesdobrasil.com.br/dados/paraiba/picui/producao-agricola-cereais-legumes-oleaginosas/>> Acesso em 17 de set. de 2013.

_____. **Síntese de indicadores sociais 2003**. Rio de Janeiro, 2004. p.72 (IBGE. Estudos e Pesquisas, 12). Disponível em: <
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicossociais2003/indic_sociais2003.pdf> Acesso em: 25 de set. de 2013.

LAMARCHE, H. (coord.). **Agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas, ed. da Unicamp. 1993.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus. 1997.

MATTEI, Lauro. **Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF)**. Brasília: Ministério do Planejamento, 2005.

PESTANA, M. H.; GAGEIRO, J. N. **Análise de dados para ciências sociais: a complementaridade do SPSS**. Lisboa: Silabo, 2003.

SILVA, Antônia Maria. **A agricultura familiar no Brasil: Características e Desafios**. In: RV Econômica. Análise e perspectivas sócio-econômicas. Ano 2, edição nº 4- Maio de 2000 - Centro de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos.

TAFNER, J.; SILVA, A. C.; WEIDUSCHAT, I. **Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos**. Indaial: Asselvi, 2003.

THIOLLENT, Michel. A metodologia participativa e sua aplicação em projetos de extensão universitária. In: THIOLLENT, Michel, ARAÚJO FILHO, Targino de; SOARES, Rosa Leonora Salerno (Org.). **Metodologia e experiências em projetos de extensão**. Niterói: EDUFF, 2000. p.19-28.

ZEMAN, Jirí. Significado filosófico da noção de informação. In: ZEMAN, J.; GOLDMANN, L.; GRANGER, G.G.; LWOFF, A.; DE SANTILLANA, G.; FRANK, H.; WIENER, N.; BONSACK, F. **O conceito de informação na ciência contemporânea**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970. p.154-179. Disponível em: <
www.uff.br/ppgci/textos/significadofilosoficozeman.doc> Acesso em: 01 de Out. 2013.